

## DOCUMENTO CURRICULAR REFERENCIAL DO CEARÁ: UMA LEITURA SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL

Márcia Cristiane Ferreira Mendes <sup>1</sup>  
Anaisa Alves de Moura <sup>2</sup>  
Evaneide Dourado Martins <sup>3</sup>

### RESUMO

Este estudo tem como objetivo realizar uma leitura crítica sobre o Documento curricular referencial do Ceará da Educação Infantil e Ensino Fundamental (2019) e compreender suas prioridades para a educação infantil do Ceará. Como metodologia adotamos a abordagem qualitativa com o procedimento bibliográfico e utilizando o “Documento curricular referencial do Ceará da Educação Infantil e Ensino Fundamental” como referência principal para a leitura sobre a educação infantil do Ceará. Para o desenvolvimento da pesquisa nos baseamos pelos estudos de Ariés (1978), Barbosa e Magalhães (2013), Frota (2007), LDB 9394/96, BNCC (2017), PNE (2014-2024). Concluímos que se tem buscado. Concluímos que o documento se tornou uma referência não só para o Ceará, mas para outros Estados, orientando sobre a educação a etapa da educação infantil.

**Palavras-Chave:** Educação Infantil; Documento curricular referencial do Ceará. Educação. Prática de Ensino.

### INTRODUÇÃO

A educação no Brasil ao longo de todo o seu processo demonstrou que existia uma desvalorização e pouca importância sobre sua estruturação, funcionamento, curricularização e investimento da educação. Nesse sentido, passou-se a ensinar dentro de um modelo excludente,

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Graduada em História pelo Centro Universitário INTA - UNINTA; Mestre em educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFPB); Doutorado em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (PPGE/UECE); Especialista em Gestão Escolar pelo Centro Universitário INTA - UNINTA; Membro do grupo de Pesquisa “Práticas Educativas, Memórias e Oralidades”. E-mail: marciacfmendes@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6377103436374712>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6219-7182>.

<sup>2</sup> Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Lusofona de Humanidades e Tecnologias – ULHT – Lisboa PT. Especialista em Gestão Escolar pelo Centro Universitário Inta-UNINTA, Especialista em Psicopedagogia Institucional Clínica e Hospitalar pelo Centro Universitário Inta – UNINTA, Especialista em Educação à Distância, pela UNOPAR, Especialista em Ciências da Educação – Centro Universitário Inta – UNINTA, Especialista em Educação Especial pela Universidade Cândido Mendes, Especialista em Metodologia do Ensino superior pelo Centro Universitário Inta – UNINTA. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5733205457701234>. Email: anaisa1000@hotmail.com;

<sup>3</sup> Especialista em Educação a Distância. Especialista em Gestão, Planejamento e Avaliação Escolar. Especialista em Didática do Ensino Superior pelo Centro Universitário Inta – UNINTA e Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade do Cariri. Atua como docente gerenciando processos de fluxo de materiais didáticos na área de Educação a Distância no Centro Universitário Inta – UNINTA e docente na Universidade Paulista – UNIP. Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8234808360328601> Centro Universitário Inta – UNINTA, Sobral – CE, Brasil.

de um projeto de colonização que não consagrou uma educação de qualidade respeitando os aspectos culturais, territoriais, populacionais que existia.

Assim foi se dando a educação sem reconhecer os direitos da criança e o conceito e peculiaridades da infância. “A criança era, portanto, diferente do homem, mas apenas no tamanho e na força, enquanto as outras características permaneciam iguais” (Ariès, 1978, p.14). A criança era vista como um adulto em miniaturas, sem relacionar o que é específico para o seu desenvolvimento, ou seja, a compreensão sobre as fases de desenvolvimento e aprendizagem humana. Com isso a educação sempre declinou nos aspectos de desenvolvimento da educação básica do país.

Portanto, tomando como base a história da educação infantil no Brasil e reconhecendo a importância da educação de Sobral nessa etapa, fizemos uma leitura sobre o “Documento curricular referencial do Ceará da Educação Infantil e Ensino Fundamental (2019)”, que norteou a educação do estado subsidiando os municípios cearenses com uma política de formação de professores, criando o mais atual o programa de Aprendizagem na Idade Certa/MAISPAIC.

O Programa de Aprendizagem na Idade Certa/MAISPAIC, consolidou o regime de colaboração com os municípios por um ensino público de qualidade, formando os professores para atuarem na educação, na alfabetização, o que de certa forma, o foco era a elevação do nível de aprendizagem dos alunos. O objetivo era elevar os índices de alfabetização em mais de 80%. Para isso esse documento foi tomando como base para as escolas, como também outros documentos de organização do ensino e de referência curricular, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDBEN), o Plano Nacional de Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNs, 2010) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), além do Plano Municipal de Educação de Sobral (2015 – 2025)

Dessa forma buscou-se uma boa formação para os professores da educação infantil, mas também priorizou o fortalecimento e responsabilidades dos gestores (as) e técnicos (as), acerca do desenvolvimento e aprendizagem das crianças, adolescentes e jovens cearenses. Se a intenção era elevar os índices de alfabetização era preciso uma conscientização e responsabilidade de todos que fazem a educação, não só os discentes. Foram anos de preparação, dando-se desde 2007, e hoje, o plano municipal de Sobral tem a duração de 10 anos, que vai de 2015 a 2025, com o compromisso com a educação de base.

O interesse em realizar essa leitura e democratizar as nossas compreensões partiu do momento que percebi a relevância que o Ceará tem para a educação do Brasil e como vem atuando na educação e com a Política de formação de professores. Sua referência de melhores

índices na educação foi se dando de forma estadual que diante de seus resultados foram propagando como uma política nacional ampliando seus programas para o Brasil, como no caso do programa de Aprendizagem na Idade Certa/PAIC, e hoje, o programa de Aprendizagem na Idade Certa/MAISPAIC.

Diante do interesse um problema central surgiu: como o Documento curricular referencial do Ceará da Educação Infantil e Ensino Fundamental (2019) tem compreendido sobre a infância e seus aspectos no processo de alfabetização? Com isso outros problemas secundários foram aparecendo: O que coloca como prioridade para o desenvolvimento da criança? Como o currículo na escola vem sendo formado? O documento foi construído de forma coletiva? Quem participou? Esses questionamentos foram se aprimorando dando sentido aos objetivos do estudo.

Assim, o objetivo do estudo é realizar uma leitura crítica sobre o Documento curricular referencial do Ceará da Educação Infantil e Ensino Fundamental (2019) e compreender suas prioridades para a educação infantil do Ceará. Esse objetivo nos possibilitou, na parte da educação infantil, perceber a prioridade para o ensino e alfabetização e perceber sua relação com os documentos base da educação, a BNCC e as DCNs.

A relevância do estudo dá-se pela importância que o Documento curricular referencial do Ceará da Educação Infantil e Ensino Fundamental (2019) para o estado do Ceará e pode ser um modelo para que cada estado articule seu programa de alfabetização e se responsabilize pela educação, desde a educação infantil.

## **2 METODOLOGIA**

Para metodologia adotamos a abordagem qualitativa com o procedimento de levantamento bibliográfico utilizando o “Documento curricular referencial do Ceará da Educação Infantil e Ensino Fundamental” como referência principal para a leitura sobre a educação infantil do Ceará. Segundo Godoy (1995, p. 21) “a abordagem qualitativa oferece três diferentes possibilidades de se realizar pesquisa: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia”.

Para o desenvolvimento da pesquisa nos baseamos pelos estudos de Ariés (1978), Barbosa e Magalhães (2013), Frota (2007), LDB 9394/96, BNCC (2017), PNE (2014-2024), que nos deram base para discussão e diálogo com o documento curricular sobre a educação infantil do Ceará, sendo este Estado uma referência para o Brasil sobre alfabetização na idade certa.

### 3 A CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E A COMPREENSÃO DA ETAPA DO ENSINO INFANTIL NO BRASIL

O entendimento de infância não foi compreendido em seus primórdios como entendemos hoje, século XX. O que se compreendia era que se via uma criança em formato de adulto em miniatura. Segundo Frota (2007), para Ariès, o sentimento de infância data do século XIX. Até então, as crianças eram tratadas como adultos em miniatura ou pequenos adultos. Desde a antiguidade, mulheres e crianças eram consideradas seres inferiores que não mereciam nenhum tipo de tratamento diferenciado, sendo inclusive a duração da infância reduzida. Por volta do século XII era provável que não houvesse lugar para a infância, uma vez que a arte medieval a desconhecia (ARIÈS, 1978). Segundo Barbosa e Magalhães (2013, p. 2):

Foi possível constatar que a criança era tida como uma espécie de instrumento de manipulação ideológica dos adultos e, a partir do momento em que elas apresentavam independência física, eram logo inseridas no mundo adulto. A criança não passava pelos estágios da infância estabelecidos pela sociedade atual. Outro fator importante era que a socialização da mesma durante a Idade Média não era controlada pela família, e a educação era garantida pela aprendizagem através de tarefas realizadas juntamente com os adultos.

Não se via suas peculiaridades como importantes para o seu processo de desenvolvimento. Como colocamos hoje o “Brincar e a Interação” como processos importantes para o desenvolvimento e aprendizagem da criança. A preocupação só começa a ser pensada com o advento da modernidade, segundo Philippe Ariès (1978), o sentimento de infância, de preocupação com a educação moral e pedagógica, o comportamento no meio social, são ideias que surgiram já na modernidade o que nos leva a crer na existência de todo um processo histórico até a sociedade vir a valorizar a infância. Frota (2007) ainda coloca que a concepção de infância passa por transformações, e que para Aires se dá em dois momentos, uma que passa despercebido pela sociedade tradicional e outra que é a criança passa então a ocupar o lugar de centralidade na família.

Ariès defende duas teses principais: na primeira, afirma que a sociedade tradicional da Idade Média não via a criança como ser distinto do adulto. Na segunda, indica a transformação pela qual a criança e a família passam, ocupando um lugar central na dinâmica social. Com essa transformação, a família tornou-se o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos, o que não existia antes. A criança passou de um lugar sem importância a ser o centro da família. (FROTA, 2007, p. 151)

O que se coloca que mesmo com a modernidade, mesmo dando os primeiros passos sobre a compreensão da infância, e que essa etapa de vida não é vivida como deve ser da mesma forma por todas as crianças. Assim Ariès (1978) é bem claro em suas colocações quando diz que a particularidade da infância não será reconhecida e nem praticada por todas as crianças, pois nem todas vivem a infância propriamente dita, devido às suas condições econômicas, sociais e culturais. Assim, os sinais de desenvolvimento de sentimento para com a infância tornaram-se mais numerosos e mais significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII, pois os costumes começaram a mudar, tais como os modos de se vestir, a preocupação com a educação, bem como separação das crianças de classes sociais diferente.

Ariès (1978) também afirma que a concepção de infância foi construída socialmente e historicamente, não foi algo herdado de forma natural. A infância foi uma invenção da modernidade, constituindo-se numa categoria social construída recentemente na história da humanidade. Para ele, a emergência do sentimento de infância, como uma consciência da particularidade infantil, é decorrente de um longo processo histórico, não sendo uma herança natural.

O movimento de observar e compreender sobre a infância deu seus primeiros contornos no ocidente, século XIII, e a família passa por transformações ao entender e valorizar sobre as necessidades da criança. Então o conceito se evidencia sobre o valor da família. Portanto, essas compreensões são aprimoradas ao longo dos séculos por diferentes estudiosos que passaram a investigar e observar sobre a infância.

Heywood (2004) mostra, no seu trabalho, que havia uma infância presente na Idade Média, mesmo que a sociedade não tivesse tempo para a criança. Ao mesmo tempo apresenta a tese de que a Igreja já se preocupava com a educação de crianças, colocadas ao serviço do monastério. Já no século XII, assegura o estudioso, é possível encontramos indícios de um investimento social e psicológico nas crianças. Nos séculos XVI e XVII já existia “uma consciência de que as percepções de uma criança eram diferentes das dos adultos” (p. 36-7). (FROTA, 2007, p. 151)

O século XIX inaugurou uma criança sem valor econômico, mas de valor emocional inquestionável, criando uma concepção de infância plenamente aceita no século XX. Na verdade, como é possível percebermos, “a história cultural da infância tem seus marcos, mas também se move por linhas sinuosas com o passar dos séculos: a criança poderia ser considerada impura no início do século XX tanto quanto na alta Idade Média” (HEYWOOD, 2004, p. 45).

A compreensão da infância, podemos dizer, que foram contribuições de vários pesquisadores e especialistas que observaram por estágios como as crianças se desenvolvem e

aprendem, como a contribuição de Rousseau, Herbart, Montessori, Piaget, e de tantos que fazem parte de diferentes abordagens do desenvolvimento e aprendizagem como os naturalistas, ambientalistas e interacionistas. Como afirma Frota (2007, p. 152):

A infância e a criança tornam-se objetos de estudos e saberes de diferentes áreas, constituindo-se num campo temático de natureza interdisciplinar. Independente da forma como era olhada, do posicionamento teórico que se tivesse sobre ela, a infância tornou-se visível como um estatuto teórico.

A Infância no Brasil se apresenta no cenário de invasão e colonização portuguesa com os escritos de Del Priore (2000), ao investigar historicamente sobre os povos originários e descreve como se dava a forma de vida dos indígenas desde quando nascem, seguindo suas tradições. Com a chegada dos europeus modificou-se a vida dos indígenas e a forma que viviam.

Assim, a educação das crianças e sua representação de infância, após a chegada dos europeus ao Brasil, modificaram para seguir os modelos já existentes em Portugal, mas com distinção. Como assim? Para os indígenas o tratamento era diferenciado, como também os das camadas mais pobres do território em construção. O ensino, a moradia, posses de terras, os direitos, os rendimentos, eram todos diferenciados, o que levamos de herança do passado. Um país desigual, que luta, ainda século XXI por direitos que lhes foram negados. A mulher, o indígena, as crianças, os pobres, para Perrot (2017) foram os excluídos da história, mas não só da história, de todos esses aspectos.

A criança não foi colocada como prioridade no Brasil, nem mesmo a educação. O ensino não era para todos, o trabalho infantil era presente. Diante do cenário de exploração infantil, do não reconhecimento e valorização dessa etapa de vida, foi preciso políticas educacionais que estivessem voltadas para esse movimento de valorização do ensino infantil considerando suas especificidades e da concepção de infância. Esse reconhecimento foi visto nos documentos ativos no Brasil: Estatuto da Criança e do Adolescentes (1990), da LDBEN (1996), das DCNEI (2010) e da BNCC (2017).

A concepção de infância partindo das DCNs deixa claro que a criança é uma construção histórica, que tem direitos, que constrói sua identidade a partir de suas relações e interações cotidianas. Com esse conceito subsidiou outros documentos como a BNCC, o Documento curricular referencial do Ceará da Educação Infantil e Ensino Fundamental (2019), como evidencia abaixo:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja,



aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, DCNs, 2010)

#### **4 UMA COMPREENSÃO SOBRE O DOCUMENTO CURRICULAR REFERENCIAL DO CEARÁ DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (2019).**

Ao estudarmos sobre a etapa da Educação Infantil e seus documentos normativos percebemos a relevância do ensino do Estado do Ceará para a educação e como ela vem se tornando uma referência mediante seus índices de desenvolvimento educacional em diversas etapas, principalmente na educação infantil, e como vem sanando o analfabetismo na idade certa. Tomamos como referência nessa discussão o “Documento Curricular Referencial Do Ceará Da Educação Infantil E Ensino Fundamental (2019) ”.

O Programa de Alfabetização na idade certa/PAIC, criada em 2007, tinha a finalidade de proporcionar a alfabetização e sanar os índices alto de crianças que não eram alfabetizadas no tempo certo. Com os resultados satisfatórios obtidos levou o mesmo programas a outros estados. Em sua avaliação e atualização foi ampliado em 2016, com a lei Nº 15.921, o novo documento de formação de professores para alfabetização na idade certa, o Programa de Aprendizagem na Idade Certa/MAISPAIC.

Esse programa Consolida o regime de colaboração com os municípios por um ensino público de qualidade e seu foco é na elevação do nível de aprendizagem e fortalecimento do grau de responsabilização de gestores (as), professores (as) e técnicos (as), acerca do desenvolvimento e aprendizagem das crianças, adolescentes e jovens cearenses. A preocupação é elevar o ensino no estado do Ceará tendo como reflexo os índices de desenvolvimento de aprendizagem escolar.

Esse programa também veio para apoiar o Plano Nacional de Educação (2014 – 2014), que na sua meta 1 menciona sobre a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. Na sua meta 5 pretende alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3o (terceiro) ano do ensino fundamental.

Em consonância com o PNE o Plano Estadual de Educação do Ceará (2016-2024) pretende, além de universalizar o ensino alfabetizar as crianças na idade certa, desenvolver ações, materiais didáticos para a promoção dessa etapa de ensino com uma aprendizagem

pautada no desenvolvimento significativo para a criança, em conformidade com a DCNEI (2010), a BNCC e as orientações das Secretarias de Educação Estaduais e Municipais.

Assim, conhecendo o MAIS/PAIC, ele está alinhado com os princípios éticos, estéticos e políticos, descrito na BNCC, compreendendo que a criança deve ser desenvolvida no que lhes são específicos ao seu desenvolvimento, como a ludicidade, as brincadeiras, os desenhos, as relações e interações mantidas entre as crianças, professores e familiares. Sendo assim, fundamentada nas fases de desenvolvimento, como a BNCC descreve os Bebês, as crianças bem pequenas e crianças pequenas de acordo com a sua faixa etária.

O Documento Curricular Referencial do Ceará da Educação Infantil e Ensino Fundamental (2019) sempre estará pautado pelos documentos normativos da educação, principalmente a etapa da educação infantil, ao que se refere estudo, quando menciona sobre os direitos da criança e os objetivos de aprendizagem. Coloca como direito da Criança o brincar, conviver, expressar, conhecer-se, Explorar, Participar. Sobre os objetivos de aprendizagem: Escuta, fala, pensamento e imaginação; Traços, sons, cores e Formas; Espaço, tempos, quantidades, relações e transformações; Corpo, Gestos e Movimentos; O Eu, o Outro e o Nós. Os campos de experiência configuram um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. Instiga a consideração das experiências concretas das crianças, possibilitando enxergar como elas interagem e constroem significados sobre si e sobre o mundo em que vivem.

A ideia de experiência nos convida a pensar diversas situações cotidianas a partir do que é vivido e interpretado pelas pessoas. Então, a BNCC pretende superar e garantir que o foco do currículo seja a promoção de experiências diversificadas de aprendizagem dos bebês às crianças, superando pedagogias de natureza transmissiva que não abrem espaço, para a diversidade da experiência humana.

O compromisso com a educação infantil é organizar um cotidiano de situações agradáveis, estimulantes, que desafiem o que cada criança e seu grupo de crianças já sabem sem ameaçar sua autoestima, nem promover competitividade, ampliando as possibilidades infantis de cuidar e ser cuidada, de se expressar, comunicar e criar, de organizar pensamentos e ideias, de conviver, brincar e trabalhar em grupo, de ter iniciativa e buscar soluções para os problemas e conflitos que se apresentam às mais diferentes idades, e lhes possibilitem apropriar-se de diferentes linguagens e saberes que circulam em nossa sociedade, selecionados pelo valor formativo que possuem em relação aos objetivos definidos em seu Projeto Político Pedagógico. (Parecer CNE/CEB nº 20/2009).



As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (DCNEI, 2010).

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), em seu Artigo 4º, definem a criança como Sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010).

O papel da educação infantil amplia o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação (BRASIL, 2017, p.34).

A primeira etapa da Educação Básica é responsável por desenvolver em espaços institucionais coletivos - que congregam bebês e crianças de 0 a 5 anos e 11 meses e adultos em torno de um projeto educativo - práticas pedagógicas que envolvem o cuidar e o educar de forma indissociáveis.

A consolidação dessas práticas denota a garantia dos direitos da criança, questões políticas, históricas e socioculturais, construídas ao longo das lutas e contribuições teóricas de militantes e estudiosos para dar subsídios de qualidade à Educação Infantil. A Constituição Federal de 1988 representa um marco, pois garante o direito de atendimento às crianças em creches e pré-escolas. Posteriormente, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96 -, a Educação Infantil é considerada a primeira etapa da Educação Básica e com a finalidade de possibilitar o desenvolvimento integral da criança, em ação complementar à família.

O Documento Orientações Curriculares para a Educação Infantil (SEDUC, 2011) elaborado com base nas DCNEI (2009), explicita que as instituições de Educação Infantil, devem ter o objetivo de garantir a todas as crianças o acesso aos processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens; o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. (p. 15-16).

A diretriz refere-se ao fato de que a Educação Infantil deve possibilitar a construção de um olhar marcado pela preocupação com a sustentabilidade do nosso planeta, apoiado em hábitos e preocupações cotidianos com relação à preservação do meio ambiente; o rompimento das relações de dominação de diferentes naturezas, tais como a dominação: etária (dos mais velhos sobre os mais novos, ou o contrário); socioeconômica (dos mais ricos sobre os mais pobres), étnico-racial (dos que se dizem brancos sobre os negros), de gênero (dos homens sobre as mulheres), regional (dos moradores de certa área sobre os que nela não habitam), linguística (dos que dominam uma forma de falar e escrever que julgam a correta sobre os que se utilizam de outras formas de linguagem verbal) e religiosa (dos que professam um credo sobre os que não o fazem) (SEDUC, 2011, p.15).

As Diretrizes apontam, ainda, dois elementos básicos para o alcance dos objetivos de uma Educação Infantil de qualidade que são uma boa relação de parceria com as famílias na educação de bebês e crianças; um cotidiano em que bebês e crianças possam interagir, brincar, conversar, construir algo junto com seus pares e com adultos, aprendendo a ter uma participação democrática em um grupo e a vivenciar situações de vida de um modo lúdico, criativo. (2011, p. 16).

Os documentos norteadores da Educação Infantil assumem que um currículo favorável a esta etapa da Educação Básica coloca o foco nas experiências e saberes dos bebês e das crianças, como ponto de partida; articula esses saberes ao repertório amplo e diversificado da cultura; abrange um conjunto de práticas pedagógicas e cotidianas, planejadas pela professora, pelo professor, vividas e ressignificadas pelas crianças, a partir de suas experiências de aprendizagem.

A professora, o professor tem o papel fundamental de planejadora/planejador, mediadora/mediador, interlocutora/interlocutor e articuladora/articulador desses saberes e de conhecimento e reflexão sobre os elementos do repertório cultural que são selecionados na construção curricular.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Documento Curricular Referencial do Ceará da Educação Infantil e Ensino Fundamental se tornou um documento importante para a educação de Sobral orientando os educadores quanto ao processo de alfabetização na idade certa. Sobral se tornou uma referência para todo o país sobre os métodos de alfabetização, tendo os melhores índices de qualidade na educação.

Dessa maneira, podemos evidenciar os aspectos históricos sobre a formação desse documento e de outros para construir uma base sólida no processo educacional. Todo o documento curricular é baseado na LDBEN 9394/96 e na constituição brasileira que assegura uma educação de qualidade para todas as etapas de educação brasileira, sendo oferecida gratuitamente em instituições públicas.

A relevância desse documento nos fizeram refletir sobre a educação infantil de Sobral – CE e socializar com outros educadores, através da publicação desse artigo. Torna-se importante conhecer projetos educacionais relevantes para uma maior compreensão e reflexão sobre o documento e sua aplicabilidade.

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BARBOSA, Analedy Amorim.; MAGALHÃES, Maria das Graças S. Dias. A Concepção de Infância na Visão Philippe Ariès e Sua Relação Com as Políticas Públicas para a Infância. **Revista Examápaku**, v. 1, n.1, 2013. Disponível em: <https://revista.ufr.br/examapaku/article/view/1456>. Acesso em: 23 mar. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 23 mar. 2023.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular**, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares\\_2012.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf). Acesso em: 23 mar. 2023.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, vol. 7, núm. 1, abril, 2007, pp. 147-160. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v7n1/v7n1a13.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentos. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29 Mai./Jun. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 mar. 2023.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução Denise Bottmann, 1. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.